

As Desigualdades Socioeconômicas na Amazônia: A Dinâmica do Desenvolvimento no Sudeste Paraense



Ceres Daiane Gavioli Ramos dos Santos¹; Sara Brigida Farias Ferreira²;
Kaique Campos Duarte³

¹ Universidade Anhanguera – Kroton Educacional; ² Faculdade Carajás – Grupo Educacional Carajás

RESUMO

O presente artigo científico tem como objetivo compreender a dinâmica de desenvolvimento amazônico, especialmente, no sudeste paraense, a partir de uma perspectiva histórica na atuação dos governos que buscaram minorar as diferenças regionais, através de planos e políticas públicas de incentivo econômico. Acerca do percurso metodológico trilhado neste trabalho adotaram-se quanto a formas de abordagem concomitantemente a metodologia qualitativa e quantitativa, também, sendo realizada a pesquisa de cunho descritiva e analítica. Diante das especificidades dos fenômenos, foi utilizado o método de abordagem dedutivo, enquanto o método de procedimento utilizado foi o estatístico e monográfico, recorrendo-se à técnica de pesquisa de documentação indireta. Deste modo, foi possível concluir que as desigualdades socioeconômicas na Amazônia é uma realidade que persevera, concebida nos inúmeros planos propostos e implementados de desenvolvimento que visam unicamente o caráter econômico com base exploratória e sazonal, de forma concentrada em oligarquias e empresas em contraponto aos povos e comunidades locais, bem como denotado no ínfimo investimento desses em melhorias regionais e sociais.

Palavras chave: Objetivos Fundamentais, Desigualdades Regionais, Desenvolvimento Socioeconômico, Desenvolvimento Amazônico.

ABSTRACT

This scientific article aims to understand the dynamics of Amazonian development, especially in southeastern Pará, from a historical perspective on the performance of governments that sought to alleviate regional differences through public economic incentive plans and policies. Regarding the methodological path followed in this work, qualitative and quantitative methods were adopted concomitantly, with a descriptive and analytical research being carried out. In view of the specificities of the phenomena, the deductive method of approach was used, while the method of procedure used was the statistical and monographic, using the technique of indirect documentation research. In this way, it was possible to conclude that the socioeconomic inequalities in the Amazon is a reality that perseveres, conceived in the numerous proposed and implemented development plans that only aim at the economic character with an exploratory and seasonal basis, in a concentrated way in oligarchies and companies in contrast to the peoples and local communities, as well as denoted by their minimal investment in regional and social improvements.

Key Words: Fundamental Objectives, Regional Inequalities, Socioeconomic Development, Amazonian Development.

1. INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 concebe uma unidade de sentido, de valor e de concordância prática ao sistema dos direitos fundamentais. E ela repousa na dignidade da pessoa humana, ou seja, na concepção que faz a pessoa fundamento e fim da sociedade e do Estado. Dessa maneira, na Constituição de 1988, especificamente, nos objetivos fundamentais do Estado brasileiro, entre eles, uns que valem como base das prestações positivas que venham a concretizar a democracia econômica, social e cultural, a fim de efetivar na prática a dignidade da pessoa humana.

Nessa lógica, atingir o objetivo fundamental de minorar as dificuldades regionais e sociais elencado no artigo 3º da Magna Carta de 1988, ou ao menos, se aproximar dele, pressupõe saber como estamos, onde estamos e recapitular as tentativas e os planos estatais de promoção de regiões sabidamente a margem como Norte e Nordeste, nas quais está inserida a emblemática região de Carajás, no sudeste do Pará.

No entanto, fazer essa redução no binóculo histórico para a região do sul e sudeste do Pará, não pressupõe retirar do radar as influências internacionais que afetaram e afetam o desenvolvimento local e a distribuição da renda gerada através da vastidão de recursos naturais identificados em Carajás.

Nesse prisma, iremos estabelecer como objetivo geral de estudo uma linha de raciocínio crítica/argumentativa acerca da compreensão da dinâmica de desenvolvimento amazônico a partir de uma perspectiva histórica na atuação dos governos que buscaram minorar as diferenças regionais, através de planos e políticas públicas de incentivo econômico.

Noutro giro, para atingi-lo, os objetivos específicos refletir as desigualdades regionais e o subdesenvolvimento brasileiro; entender as desigualdades socioeconômicas na Amazônia anteriores à Constituição Federal de 1988 e ponderar sobre o desenvolvimento no sudeste paraense.

Diante desse fato, o ponto central do estudo visa responder a seguinte indagação: O desenvolvimento socioeconômico na Amazônia, especificamente, no sudeste paraense é satisfatório.

O percurso metodológico trilhado, ante as características do objeto de estudo, associada às suas intenções e os objetivos traçados, adotou-se quanto à forma de

abordagem, recursos quantitativos e qualitativos sobre os referidos fenômenos, uma vez que, os dados estabelecidos, quantitativamente, sobre os números de informações estatísticas sobre os referidos fenômenos, à medida que se aprofundou na compreensão da temática. Da mesma forma, também, sendo realizando a pesquisa descritiva e analítica, que explicou, classificou, conceituou, esclareceu e interpretou as características do objeto de estudo.

Desta forma, perante as especificidades do fenômeno, foi utilizado o método de abordagem dedutivo, já que a análise realizada partiu de um problema geral de conhecimento público – acerca da desigualdades socioeconômicas na Amazônia. Isto posto, o processo metodológico realizou-se por meio de uma cadeia de raciocínio lógico decrescente do geral para o particular.

Nessa sequência, enquanto método de procedimento utilizou-se, concomitantemente, o método estatístico e monográfico, uma vez que os quantitativos e percentuais foram imprescindíveis para essa pesquisa. Destarte, recorreu-se à técnica de pesquisa de documentação indireta, trabalhando ao mesmo tempo com os documentos e arquivos dos acervos públicos e ainda buscando elementos teóricos na pesquisa bibliográfica e documental, recurso fundamental deste estudo ao revisar autores que fizeram essa leitura social dos aspectos financeiros e distributivos da Amazônia. Portanto, foram aprimorados os referidos instrumentos de coleta de dados quantificados e cruzados, de forma a atenderem a proposta metodológica de um estudo quantitativo e qualitativamente mais próximo da realidade.

Destarte, o presente estudo não tem o escopo de exaurir todas as controversas e lacunas que envolvem o tema proposto, de modo que caminha em passos significantes para a mudança de paradigma.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 DESIGUALDADES REGIONAIS: BREVES REFLEXÕES SOBRE O SUBDESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

A redução das desigualdades sociais e regionais é mencionada na Constituição Federal de 1988. Trata-se de um dos objetivos fundamentais elencados em seu artigo 3º. Essa busca pela equiparação social entre as regiões é decorrente das disparidades existentes entre elas, as quais não configuram uma novidade, mas consiste em uma trajetória histórica. O caso amazônico possui especificidades, as quais serão explanadas neste estudo.

Planejamento e desenvolvimento são ações muito complicadas que precisam de uma base sólida de conhecimento formada por diversas áreas de conhecimento que, quando combinadas, são capazes de desmistificar cenários, identificar demandas e coordenar tarefas

de execução. Muitos estudos têm sido realizados sobre o tema, sistematizando as variações do fenômeno do subdesenvolvimento, que são reverberadas por disparidades regionais que acompanham os setores social, cultural, econômico, político e histórico.

Porém, a ação planejadora não pode ser iniciada sem uma análise do processo histórico, visto que as ocorrências do presente podem ser interpretadas como resultado de construções passadas, sendo necessária uma interpretação das estruturas. É necessário assimilar uma conjuntura que tem início em escalas maiores, como a global, para as escalas nacionais, subnacionais e territoriais, sob a configuração do processo de acumulação de capital dos países centrais para os periféricos.

Desse ponto de vista, a abordagem nacional é tangenciada pela análise regional, que compreende os quadros de formação socioeconômica brasileira. As assimetrias regionais brasileiras posicionaram o relacionamento existente entre São Paulo, como estado e como polo central, e a região periférica brasileira que, segundo Cano (2007), é representada pelo Nordeste, Centro - Oeste e Amazônia. Até 1929, havia um baixo nível de integração nacional entre os entes federativos, apelidado de "arquipélago econômico".

A designação se deve à pouca interdependência entre as regiões, uma vez que suas atividades eram majoritariamente voltadas à exportação. Diante da crise que afetou as atividades exportadoras desencadeada pela queda da dinamização econômica da Grande Depressão de 1930, o presidente da época, Getúlio Vargas, lançou uma estratégia de industrialização ancorado em uma política de substituição de importações, buscando integrar economicamente o Centro-Oeste com o Nordeste e a Amazônia (CANO, 2008).

No período compreendido pela industrialização restringida, ocorrido entre 1930 e 1955, as disparidades regionais se ampliaram, pois cada uma delas possui uma economia distinta baseada em um determinado insumo, sendo algumas mais prósperas que outras baseadas nos excedentes oriundos de suas produções individuais. Na época, não havia como as regiões competirem com São Paulo quanto à capacidade produtiva, pois a cidade já contava com uma privilegiada infraestrutura construída como consequência dos lucros obtidos pelo complexo cafeeiro. Como resultado, eles enfrentaram desvantagens competitivas e mercado excludentes. A dinâmica urbana paulista contava com uma urbanização mais alicerçada que proporcionava à população melhores condições de vida e moradia, além de uma mobilidade por meio de uma estrutura de transportes que propiciava a circulação de mercadorias e, conseqüentemente, de riquezas (CANO, 1985).

Devido às desigualdades regionais e a superioridade econômica paulista brasileira, segundo Cano (2007), o governo federal incentivou a economia dos estados por meio os investimentos e incentivos fiscais, criados para estimular maior atratividade das regiões. As medidas pautaram-se em estratégias compensatórias, objetivando baratear os custos das

empresas para que elas demonstrassem interesse em se localizar em áreas menos estruturadas e com menor circulação de riquezas do que São Paulo, sendo tais providências dirigidas principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

Porém nem tudo se pautava em torno dos gastos monetários, pois certos fatores, como a baixa densidade demográfica na Amazônia, também foram considerados para a expansão econômica. Conforme Becker (1990), o recrutamento de trabalhadores tornou-se uma questão essencial e, como resultado, o processo migratório foi incentivado ao longo desse período. Essa teoria, segundo a autora, negava a existência de povos indígenas amazônicos e as demais populações originárias, bem como seus potenciais.

As ações voltadas para o desenvolvimento mencionado acima, o qual foram tecidas estrategicamente pelo governo federal não atingiu os resultados esperados. Cano (2007) relata-o como processo de integração econômica do Brasil. Surgiram efeitos como o de bloqueio e o de destruição, os quais prejudicaram os resultados traçados. O bloqueio foi instituído com base na qualidade inferior e no custo mais elevado que os demais estados praticavam em relação a São Paulo, devido especialmente pelo avanço tecnológico no ramo industrial paulista, além dos benefícios computados pela fertilidade de suas terras.

Como resultado, os produtos fabricados na periferia não eram competitivos o bastante, ou seja, não eram procurados pelos consumidores uma vez que não possuíam nem a mesma qualidade e nem os mesmos preços que aqueles produzidos pelo centro. Diante do bloqueio, os mercados periféricos tiveram suas expectativas de inserção no mercado nacional destruídas, gerando o efeito de destruição.

2.2 DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS NA AMAZÔNIA ANTERIORES À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A formação das desigualdades amazônicas está ligada à persistência de conflitos sociais causados pela ocupação de terras por grandes corporações e projetos de infraestrutura ou atividades de produção agropecuária instituídas pelo governo federal. Na mesma linha, a própria terra é uma relação social, pois são as relações econômicas e políticas do homem que produzem significado para a terra (IANNI, 1978).

A rota amazônica pode ser estabelecida em várias etapas do processo de expansão regional das desigualdades. Sendo assim, é importante identificar as categorias analíticas que, quando combinadas, constituem um complicado arcabouço conceitual para a compreensão das especificidades territoriais e dos fenômenos que compõem essas assimetrias.

O foco inicial para compreendê-las refere-se ao processo histórico de formação econômica associado à extração da borracha, fator que fomentou a formação mercadológica

interna na Amazônia, além de colaborar para a sua formação nos níveis global e nacional. Outro foco é o exame do processo de integração econômica do território amazônico ao restante do Brasil, por meio da ampliação dos programas governamentais, do nível federal, os quais destinaram crédito aos produtores rurais para que pudessem exercer com autonomia suas decisões.

A trajetória histórica amazônica foi transformada pelo pioneirismo estatal na criação e execução do Plano de Defesa da Borracha, uma vez que permite uma reflexão mais acurada do meio amazônico. O extrativismo vegetal na região, em meados do século XIX, iniciou o ciclo econômico da borracha, o qual beneficiou aos arredores financeiramente. O setor extrativista cresceu lentamente entre 1860 e 1870, porém, uma traição de origem inglesa foi concretizada em 1976, em que cerca de setenta mil sementes de seringueira foram levadas para Kew sem autorização Brasileira, configurando em contrabando. Quando se tornaram mudas, foram transportadas para o continente asiático (SANTOS, 1980).

A produção em Ceilão, na Ásia, não começou imediatamente após a entrega clandestina das sementes devido a grande demora, aproximadamente um decênio, para atingir um nível ideal para seu manuseio visando o mercado. Com isso, o Norte do país manteve um ritmo mais intenso de comércio exterior até meados do século XX, conforme Santos (1980). Apesar da área de heveicultura asiática ser muito menor que a amazônica, os plantadores da Ásia têm tecnologia mais avançada que lhes proporciona uma produção quase 130 vezes mais por hectare do que os brasileiros. Junto à característica tecnológica, a mão de obra nacional era mais cara do que a estrangeira, o que impactava no valor final do produto.

O ciclo da borracha aumentou entre 1880 e 1910, declinando em seguida. O governo paraense tomou medidas para salvar a economia regional, muitos negócios enfrentaram a falência, gerando desemprego e colapso no setor de aviamento. Nem a política de estabilização dos preços da borracha, implementada em 1912, obteve sucesso, resultando em um déficit fiscal para o Estado. No mesmo ano foi criado o Plano de Defesa da Borracha, o qual visava a reestruturação do setor, porém não prosperou (SANTOS, 1980).

Durante a presidência de Getúlio Vargas, em 1953, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), foi na década seguinte que o governo federal empregou recursos para desenvolver a economia amazônica. Além disso, a partir da década de 1960, as políticas do governo federal visavam promover a integração regional da Amazônia com o restante do Brasil (OLIVEIRA; TRINDADE; FERNANDES, 2014). Sob o pretexto de reforçar a segurança nacional, estabeleceu-se um processo estratégico de modernização, exigindo uma reorganização das bases produtivas e uma transformação de cunho territorial com o deslocamento da mão de obra de outras regiões para a amazônica (BECKER, 1990).

Alguns anos depois, a SUDAM, autarquia federal instituída pela Lei 5.173, de 27 de outubro de 1966, foi criada para substituir a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Com isso, as pessoas jurídicas que manifestaram interesse em expandir suas operações ou estabelecer um novo empreendimento empresarial na Amazônia Legal tiveram suas propostas de investimento analisadas e aprovadas pela SUDAM. De acordo com Becker (1990), entre 1953 até 1988 foram criados muitos planos e programas destinados ao desenvolvimento amazônico.

Entre eles, várias políticas de incentivos fiscais, estudos de viabilidade técnica para possíveis investimentos na região, projetos de colonização, extensão de rodovias e estimulação para fluxos migratórios foram alguns dos objetivos elencados neste período. Porém, como os investimentos pautaram-se majoritariamente no extrativismo e em projetos agropecuários, prioritariamente na pecuária e no agronegócio, a região não obteve um desenvolvimento local que propiciasse melhores condições de vida à população. Dessa forma, conforme Mendes (1974), o grande capital prosperou enquanto os povos originários não foram beneficiados pela expansão dos grandes empreendimentos, sofrendo problemas sérios relacionados à moradia, alimentação, mortalidade infantil e tantos outros ligados à pobreza.

2.3 COMENTÁRIOS AO DESENVOLVIMENTO NO SUDESTE PARAENSE

O sudeste paraense teve o seu território reconfigurado pela ação de dinâmicas globais que envolvem atividades de mineração e agropecuárias, as quais geraram novas tipologias. A conexão com a escala global pode ser interpretada por intermédio do movimento que transformou a floresta amazônica em “fronteira de expansão capitalista e (trans)formação social da região” (CARDOSO; CÂNDIDO; MELO, 2018, p. 123).

A industrialização rompeu com a forma que o homem amazônico se relacionava com a natureza e, com o Programa Grande Carajás (PGC), a floresta foi transformada em insumos para o processo industrial, porém sem aliar saberes tradicionais e inovação capaz de desenvolver as potencialidades. O PGC, desde 1970, foi uma estratégia governamental para garantir o domínio sobre a reserva poliminerar que, inclusive, é a primeira maior do país e do mundo. Em torno das atividades da mineração, um suporte de infraestrutura foi alicerçado como a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Tucuruí, a edificação da ferrovia Carajás-São Luís, e a abertura de estradas dentro do município e de portos na capital maranhense e em Barcarena. Além disso, na localidade onde hoje existe Canaã dos Carajás, havia assentamentos rurais que tinham como objetivo a produção e fornecimento de alimentos para o sustento dos trabalhadores envolvidos no projeto (CARDOSO; CÂNDIDO; MELO, 2018).

As transformações não se limitaram a essas iniciativas, podendo ser mencionadas aqui as frentes migratórias que tiveram duas intencionalidades: formar um contingente de mão-de-obra capaz de suprir as necessidades geradas pela expansão urbana-industrial da ação federal, incluindo na execução de obras de infraestrutura e a atuação garimpeira de Serra Pelada, assim como transferir parte da população do Nordeste para a Amazônia (CARDOSO; CÂNDIDO; MELO, 2018).

Em 1980, por conta da crise econômica instalada, o PGC direcionou seus investimentos de forma estratégica priorizando equilibrar a balança comercial brasileira e as exportações. Porém, apesar da tentativa de impessoalidade dos atos de gestão da administração pública, as elites formavam-se alicerçadas em privilégios de cunho econômico e político, já integralizados antes de chegarem à região, controlando a terra e exercendo o poder. O Estado mostrou-se ineficaz no controle da atuação desses agentes, propiciando aos grupos dominantes um comportamento acima da lei exercido com violência, coagindo classes tidas como subalternas (CARDOSO; CÂNDIDO; MELO, 2018).

As temáticas fundiárias e socioambientais não eram consideradas como pauta da agenda política, e assim, com a concentração de poder, foram mantidos monopólios de terras, firmando, através disso, uma autoridade que usurpava a estatal dando origem a um poder local detido pelas elites. Isso foi bastante enraizado notadamente na conversão das vilas em municípios, que se deram quando Canaã dos Carajás foi desmembrado de Parauapebas e este foi emancipado de Marabá, estruturando nas novas municipalidades o agrupamento dos interesses elitistas e do clientelismo. Inclusive, há relatos de que pessoas jurídicas financiadas pela SUDAM migraram para o ramo imobiliário, e tiveram mantida a proteção política que recebiam (CARDOSO; CÂNDIDO; MELO, 2018).

A partir de 1990, as empresas estatais do Brasil foram privatizadas, como foi a CVRD que ocupou a terceira posição no ranking das maiores mineradoras do mundo. Nesse caso específico, as mudanças econômicas afetaram o município canaanense de forma direta, por conta da exploração de minério realizada pelos projetos Sossego e S11D, reconfigurando o território. Assim, as dinâmicas globais foram sobrepostas e se articularam em multiescalas por conta da produção de commodities (CARDOSO; CÂNDIDO; MELO, 2018).

Dessa forma, os processos correntes adaptaram-se às novas dinâmicas do capital, transformando a vila em município, dando origem à infraestrutura construída para dar suporte às atividades produtivas – como estradas e barragens, favorecendo à especulação fundiária urbana e rural. No período contemporâneo, o sudeste paraense permanece sendo resultante da ação das oligarquias e ao desrespeito à autoridade institucional do poder público nos níveis local e regional (CARDOSO; CÂNDIDO; MELO, 2018).

As dinâmicas da mineração possuem potencial positivo de irradiar desdobramentos benéficos ao desenvolvimento local, porém, conforme Michelotti (2019, p. 193), fortaleceu “o poder estruturante das grandes empresas de comércio varejista e atacadista que tendem a inserir o abastecimento regional no circuito superior nacional de alimentos”. Os efeitos decorrentes limitaram o desenvolvimento produtivo da agricultura familiar, e de toda produtividade oriunda da agropecuária da região, subordinando-os aos interesses verticais foram sobrepostos aos horizontais, justificando estudos mais aprofundados no sudeste paraense.

A agricultura familiar é uma atividade muito importante para toda a sociedade e constitui números significativos, os quais merecem tratamento diferenciado das ações estatais. Em 2006, no Pará, nos 222 mil estabelecimentos foram contabilizados 702,6 mil trabalhadores do campo distribuídos em 22,9 milhões de hectares onde ocorrem atividades agropecuárias, familiar e não familiar. No sudeste paraense, a área ocupada correspondia a 11,4 milhões de hectares, com 160,7 mil trabalhadores e 52,8 mil estabelecimentos. 81,3% dos estabelecimentos condiziam à agricultura familiar, e ocupavam 20,5% da área (MICHELOTTI, 2019, p. 195).

Já em relação ao Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) do sudeste paraense, 9,0% correspondem à agricultura familiar enquanto 22,7% fazem referência aos estabelecimentos não familiares. Na mesma região, sobre a agricultura familiar, o VPB vegetal equivale a mais de 60% do seu VBP total, enquanto o VPB animal compreende 70,9% da sua totalidade.

Sobre a região:

Os estabelecimentos não familiares do sudeste paraense são responsáveis por 49,4% de todo o VBP animal do estado, seguido dos estabelecimentos da agricultura familiar dessa mesma mesorregião, com 16,8% do total, fazendo com que a mesorregião sudeste paraense seja responsável por 66,2% do VBP animal do estado, o que indica a importância da pecuária nessa mesorregião. (...) No caso do sudeste paraense, fica evidente a correlação de força econômica mais favorável aos estabelecimentos não familiares, responsáveis por 22,7% do VBP agropecuária do Pará, contra apenas 9,0% dos estabelecimentos familiares (MICHELOTTI, 2019, p. 197).

De acordo com Michelotti (2019, p. 199), aproximadamente 79% das terras do sudeste paraense são ocupadas por pastagens pertencentes a estabelecimentos não familiares, os quais já ocupam cerca de 80% das terras existentes. Isso demonstra o peso econômico que as atividades pecuárias. Ainda pode-se mencionar que cerca de 70% do rebanho corresponde à bovinocultura, correspondente a 49% do total existente no estado todo. Quanto aos estabelecimentos familiares, os rebanhos compreendem 64% da produção, enquanto

correspondem a 20% do total estadual. Sob um olhar regional, o sudeste paraense, em 2006, aglomerava 69% da produção pecuária do Pará. Conforme o autor, a produção leiteira se mostra como uma alternativa de produção na região. Michelotti ainda identificou que outro desdobramento da pecuária se faz fortemente presente no sudeste paraense, que são os matadouros e frigoríficos que se integram com a agroindústria.

A produção de gado familiar é um objeto de análise importante, pois envolve questões como o financiamento pelo PRONAF, e a comercialização do leite e da carne dos bovinos que representam uma complementação da renda. A cessão do pasto também protagoniza como rendimento complementar e essa dinâmica necessita ser incluída na análise das relações contratuais emanadas do estabelecimento familiar, assim como a existência dos atravessadores no âmbito das negociações (MICHELOTTI, 2019).

Costa e Fernandes (2016) fazem uma associação teórica sobre natureza e desenvolvimento. Primeiramente, relacionam desmatamento à pobreza, pois quando a terra se esvazia, ocasiona o empobrecimento daqueles que praticam a sua exploração, e empobrecidos buscam a extração de recursos naturais de novas extensões. Essa dinâmica se retroalimenta, provocando danos ao meio ambiente e consequências de cunho socioeconômico. Então, a partir dessa lógica, os empreendimentos instalados no espaço amazônico teriam que optar entre meio ambiente e crescimento econômico. Por isso, os programas deveriam conciliar riquezas naturais, inclusão social e ganhos econômicos, reduzindo o desmatamento e influenciando nas decisões dos agentes, já que o contrário resulta em ações políticas geradoras de pobreza.

Essa necessidade adentra no conceito de desenvolvimento sustentável que: para a qualificação de um processo de evolução social, articula os atributos de eficiência produtiva com os de equidade intra e intergerações, professando o anseio ético de que, com o resultado do esforço produtivo de todos, corrijam-se as desigualdades entre os membros das gerações presentes e garanta-se a igualdade entre estas e as próximas gerações, só possível com a manutenção das condições operantes da base natural – se constitui em ideário, isto é, articulação de valores primários, cuja força ideal, proporcional ao grau de compartilhamento que desfruta na sociedade, orienta a construção das instituições que moldam o devir (COSTA; FERNANDES, 2016, p. 521).

Na Amazônia, para que seja implementado um desenvolvimento com sustentabilidade, aponta para a mudança tecnológica como fator decisivo de sua efetivação, de forma a promover técnicas compatíveis. Para tanto, as políticas governamentais são primordiais na extinção dos *tradeoffs* entre meio ambiente equilibrado, crescimento econômico e responsabilidade social. Nesse contexto, é importante mencionar o papel que a governança - que consiste em “regras que organizam o funcionamento dos mercados e das trocas, tendo em vista a busca pela minimização dos custos de transação em um determinado ambiente de

negócios” (COSTA; FERNANDES, 2016, p. 523), possui quanto à condução das organizações para esse propósito, principalmente no âmbito rural amazônico. Dessa forma, o Estado ataria no sentido de ditar diretrizes sobre o sistema de incentivos que articulem harmoniosamente desenvolvimento sustentável e crescimento econômico.

O capital natural da Amazônia, correspondente ao montante dos seus recursos naturais, onde a territorialidade foi construída ao redor das atividades de mercado, das instituições e do contexto social, além da articulação entre agentes políticos, econômicos e sociais. A extração do capital natural apenas será realizada de modo sustentável caso a exploração seja conduzida dessa forma pelo monopólio empresarial ou caso o Estado coordene o processo de utilização dos recursos. Uma terceira alternativa, conforme Costa e Fernandes (2016), que no caso concreto é ausente, é uma exploração pautada na ação conjunta, gerando estímulos à cooperação, eliminando comportamentos oportunistas, por meio da auto-organização e da potencialização dos recursos locais e comuns.

3. CONCLUSÃO

Construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, constituem os objetivos fundamentais do Estado brasileiro, consagrados no art. 3º da Carta de 1988.

Nesse sentido, é demasiada é a preocupação da Constituição em assegurar os valores da dignidade e do bem-estar da pessoa humana, como imperativo de justiça social.

A Amazônia brasileira é marcada, por acentuadas intervenções dos governos que buscaram minorar as diferenças regionais, através de planos e políticas públicas de incentivo econômico, na tentativa de pautar o desenvolvimento deste extraordinário território.

Em vista disso, evidencia-se a ideia de desenvolvimento concebida nos inúmeros planos propostos e implementados na Amazônia tinha como ponto de vista unicamente o econômico com base exploratória, ao passo que não buscaram minorar as desigualdades locais. O desenvolvimento se deu de forma concentrada em oligarquias e empresas em contraponto aos povos e comunidades locais que pouco ou nada perceberam desses investimentos na sua melhoria de vida, especialmente quando a exploração econômica se mostrou sazonal.

Diante disso, conclui-se que o desenvolvimento socioeconômico na Amazônia, especificamente, no sudeste paraense é incipiente e insatisfatório.

4. REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CANO, Wilson. **Desconcentração Produtiva Regional do Brasil 1970-2005**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Unesp, 2008.

_____. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil 1930-1970**. 3ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; CÂNDIDO, Lucas Souto; MELO, Ana Carolina Campos de. **Canaã dos Carajás: Um Laboratório Sobre as Circunstâncias da Urbanização, na Periferia Global e no Alvorecer do Século XXI**. Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg. (On-line), São Paulo, V.20, N.1, P.121-140, jan.-abr. 2018.

COSTA, Francisco de Assis; FERNANDES, Danilo Araújo. **Dinâmica Agrária, Instituições e Governança Territorial para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia**. Rev. Econ. Contemp., Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 517-552, set-dez/2016.

IANNI, Octavio. **Escravidão e Racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

MENDES, Armando. **A Invenção da Amazônia**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1974.

MICHELOTTI, Fernando. **Territórios de Produção Agromineral: Relações de Poder e Novos Impasses na Luta pela Terra no Sudeste Paraense**. Orientador: Carlos Antônio Brandão. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro: 2019.

OLIVEIRA, Wesley Pereira de; TRINDADE, José Raimundo; FERNANDES, Danilo Araújo. **O Planejamento do Desenvolvimento Regional na Amazônia e o Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo no Brasil**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 201-230, jun. 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/235710053.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2020.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SENRA, Kelson Vieira. **Políticas Federais de Desenvolvimento Regional no Brasil: Uma Análise Comparada dos Períodos Pós-guerra (1945-1964), Pós-golpe militar (1964-1988) e Pós-Constituição Federal de 1988 (1988-2009)**. 2009. 128 f. Dissertação Mestrado em Geografia. Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA FILHO, E. G. A **Amazônia e o Plano de Integração Nacional: Os Projetos de Expansão e o Avanço do Capital nas Sociedades Tradicionais**. Revista Tempo Amazônico. ISSN, v. 3, n. 2, p. 136-152, 2016.